



A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir de literatura infanto-juvenil negra

Evelyn Dias Siqueira Malafaia¹

Resumo: O conceito de mestiçagem no Brasil está fortemente relacionado as questões étnicas que permeiam o Brasil. Nosso país, ainda é conhecido mundialmente por nossa democracia Racial, que seria representada pela convivência harmônica entre negros e brancos. Porém tal propagação é uma falácia, cuja a função consistia em esconder a prática perversa do branqueamento da população, portanto do extermínio físico, simbólico e cultural do negro. Este processo culminou na política de branqueamento estimulada por diversos teóricos, pensadores e políticos brasileiros, com a finalidade de melhorar o país e o levá-lo a ascender mundialmente a partir do clareamento de sua população.

Diante disso, este trabalho propõe analisar as interferências miscigenação na identificação de crianças negras e a importância de representatividades, durante o período que consiste na educação básica, para a construção de auto estima. Existe uma falta e negligencia em apresentar de papéis positivo e representativo do negro, em diversos contextos como revistas, livros, novelas entre outros. Essas representações por vezes insuficientes e muitas das vezes negativas, acabam fortalecendo estereótipos com relação ao negro. Muitas vezes os poucos negros apresentados seguem um padrão único que não representa grande parte da população negra, pois acabam dando ênfases no negro de pele clara e de traços europeus, sendo priorizado em diversos contextos, na maioria das vezes, o negro que mais se assemelha ao branco.

Para essa discussão, faço um breve percurso histórico a partir da colonização, perpasso pelo mito da democracia racial e a influência desta na construção do ideal de ego do negro não condizente com o seu processo histórico, físico e cultural. Desde o período da colonização fomos levados a acreditar que éramos algo sem história, servil, sem potência e sem vida. Esse pensamento de subserviência se estendeu por longas décadas com características diferentes de acordo com a moral e a ética do período vigente. Após a escravização o negro foi visto como o incapaz e preguiçosos que não poderia

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckuow da Fonseca (CEFET/RJ). Graduada em Psicologia (PUC-Rio). Curso de formação clínica em psicologia integrativa na Accelerated Experiential dynamics Psychotherapy (AEDP-neuropsicoterapia).



adentrar ao mercado de trabalho livre, sobrando para ele uma releitura do processo escravocrata com os subempregos e marginalização social que vemos até o presente momento. Finalizo a discussão deste artigo apresentando o projeto Há Esperança como exemplo de espaço que possui forte representatividade mostrando a importância de conhecermos a história de força do negro, contada por nós mesmo, acima de tudo apresentamos as crianças negras do projeto a potencialidade de vir a ser de cada sujeito negro ali presente.

Palavras chave: Miscigenação, representatividade, Projeto Social Há Esperança.

Introdução

É necessário sempre acreditar que o sonho é possível. Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível. Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase. E o sofrimento alimenta mais a sua coragem” [Racionais Mc].

Este artigo debruça-se no estudo sobre o ideal do branqueamento e o que há por trás da suposta democracia racial. Pretende-se, também, demonstrar como identidade do sujeito negro é construída a partir de uma cultura massificada por um Ideal de Ego branco, além de ser uma cultura que nega a possibilidade de reconhecimento do racismo e o sofrimento que isto causa na construção subjetiva do sujeito. Também, explana-se as expressões e consequências do racismo em nossa sociedade, os dramas raciais brasileiros enfrentados por nossas crianças. Intenta-se, em contrapartida, apresentar as possibilidades de enfrentamento ao racismo e apresentar as crianças as potencialidades de ser negros por vias de contação de histórias e de papéis positivos representativo do negro. Trago como exemplo situações ocorridas no projeto o qual sou voluntária, chamado Projeto Social Há Esperança.

A cerca de um ano atrás ingressei como voluntária em um projeto social chamado “Há Esperança”. Penso que estava tomada pelo desejo de fazer o “bem” ao próximo. Como estavam precisando de voluntários e eu era amiga da coordenadora logo me prontifiquei. O projeto social Há Esperança, acontece no Parque Analândia em São João de Meriti, Baixada Fluminense. O bairro possui poucas casas de alvenarias e três lixões a céu aberto próximo as casas. O projeto acontece em um espaço cedido por uma paróquia do bairro. Os horários de convívio são: terças e quintas as 09:00; segundas e quintas as



13:00; terças e quintas as 18:00 e sábado as 10:00. O público alvo são crianças que estão matriculadas na escola regular e que possuam entre 6 e 14 anos. Há cerca de 40 crianças matriculadas formalmente no projeto.

Apesar de parecer ser voltado apenas para as crianças o projeto abraça também a comunidade, com aulas de reforço escolar para quem está no EJA e também proporciona aulas de preparatório (para o ENCEJA) para os pais que querem voltar a estudar. Também há distribuições de cestas básicas, rodas de conversa com diferentes temáticas.

Essa região, assim como outras favelas, possui majoritariamente uma população negra. Jovens negros que estão em lugares de vulnerabilidades e conflitos.

Percebe-se que a educação é um meio poderoso de combate ao racismo, pois nela há possibilidades de superação e mudança no quadro deste estudo. Não a educação tradicional que se conhece, pois esta ainda deixa a desejar em algumas instâncias. Nesse artigo apresento projeto social Há Esperança como viés educacional.

O espaço do projeto Há Esperança possibilita que saberes que não chegam às crianças pela escola tradicional alcancem e proporcionem a elas novos conhecimentos. Também funcionam como espaço de segurança e também que cria possibilidades de identificação das crianças negras com seus pares.

O projeto torna-se um espaço em que são apresentados à criança modelos negros com que se possa identificar. Sendo estes modelos tanto os voluntários do projeto como os autores, músicos, poetas, escritores entre outros, e até mesmo personagens de livros de literatura infanto-juvenil negra. Desta forma se trabalha o protagonismo negro, tirando-o do papel de subserviência ao branco. O projeto tornou-se um espaço em que os pequenos podem trazer as experiências que eles já conseguem identificar, como algo de cunho racista, para um debate. Em grupo, a fala de cada um é validada e legitimada, ganhando voz e saindo do imaginário, do fantasioso, surgindo assim à possibilidade de ressignificação da situação.

Este artigo atreve-se a indicar possibilidades educacionais que transpareçam a realidade do negro e em especial da criança negra em nosso país. Direcionando-a



para conhecer os valores da história africana e de seus próprios valores como sujeito dotado de direitos.

Mito da democracia racial

“Tornar-se negro, portanto, é vencer inúmeros obstáculos, onde o referencial é sempre o mundo branco; é um desafio doloroso.” [Neusa Santos Souza].

Para (2008), acrescenta que é com o racismo no período colonial que é criada a produção do negro e os aspectos subjetivos de inferiorização que lhe foram conferidos pelos colonizadores. Antes da colonização não havia negros, apenas africanos de diferentes lugares e culturas. É a partir da colonização que o africano perde sua individualidade física, cultural e social e todos passam a ser considerados apenas como negros. O autor ressalta que o desejo do branqueamento se faz em qualquer esfera, não apenas físico, mas também cultural e social. O desejo do homem negro é de ser branco, porque é pela via da brancura que poderá acessar a condição de humanidade, uma vez que na discussão sobre o que é o humano no humanismo, os olhares estavam voltados para o humano europeu – logo, o branco como critério de humanização. Desta forma, para se humanizar é necessário se embranquecer. Desta forma, para se humanizar é necessário se embranquecer O negro é levado a detestar a própria constituição física, de modo que ele quebra e obriga-a a se transformar em um corpo branco, pois lhe é imposto o valor da brancura como algo positivo e como meio de alcançar a humanização.

Ao ler Franz Fanon, percebe-se que as teorias racistas serviram para embasar e ao mesmo tempo permitir e possibilitar que houvesse práticas de opressão colonial. Ou seja, foi necessário criar um modelo racista para poder implementar o colonialismo, a inferiorização de uma raça para então poder dominá-la. Fanon aponta para o fato de não haver diferenças graduais entre racismos independentemente do local em que se apresentam. O que diferencia é a forma em que se manifestam, porém em qualquer lugar do mundo o racismo se expressará de forma perversa e funcionará como mecanismo de exclusão social dos negros (Franz Fanon, 2008).



Observa-se que ao longo do processo histórico o racismo serviu como instrumento de segregação, opressão e dominação, que legitimou (e que ainda legitimam) os privilégios de alguns em detrimentos de outros, os privilégios das elites em detrimento dos subalternos.

Para Clovis Moura (1994) desde o período de colonização, o racismo foi usado como ideologia que nutriu e justificou as ambições políticas expansionistas de nações dominadoras sobre as nações dominadas. Para tal opressão, lançou-se mão de abordagens políticas e científicas que explicassem suas ações. A pressuposto presente era que haviam raças inferiores sem cultura, religião e política que eram passíveis de dominação e povos superiores, que detinham o conhecimento, saberes e por isso podiam dominar, pois possuíam a missão de assessorar os demais povos.

Moura (1994) propõe que o racismo tenha nascido com o capitalismo, uma vez que no período da colonização havia a necessidade de mão de obra escrava que desse conta das produções feitas em larga escala nas colônias de exploração. A invenção de raça, mais especificamente, a do negro como raça inferior surge para responder a esse problema de necessidade e mão de obra. Observamos que os demais povos, que não os europeus, eram vistos como possuidores de inferioridade biológica e psicológica, como aqueles não tinham histórias e nem civilizações, por isso passíveis de serem escravizados.

Aqui no Brasil o processo não foi muito diferente, a visão (baseada na ciência) de inferioridade do negro se estende desde o período da colonização, escravização e pós abolição. Fatos que influenciam até hoje em nossa sociedade, basta olharmos para diferentes contextos sociais que podemos observar o negro em lugares marginalizados e de exclusão.

Segundo Ferreira e Camargo (2001), dentre os países americanos, o Brasil foi o país que teve o maior contingente de negros escravizados e foi o último a abolir a escravização: apenas 1888 aconteceu o ato chamado Lei Áurea, que abolia os negros da escravização. Vale ressaltar o fato desta lei ter tirado qualquer autonomia e reconhecimento do negro em prol da sua própria libertação através dos seus movimentos



de resistência, além de ter sido um ato que apenas lançou os ex-escravizados e seus descendentes ao léu na sociedade, permitindo que estes ficassem à margem da mesma.

Segundo Moura (1994), após a abolição, o racismo no Brasil lançou mão de novas roupagens “científicas”, houve no país um trabalho de divulgação ideológica racista feito pela elite intelectual brasileira. Essa nova ideologia se concentrava na Liga da Higiene Mental, que se deteve principalmente na imigração onde o Brasil adotou critérios rigorosos para a seleção de quem iria entrar no país, limitando e proibindo a entrada de negros e asiáticos.

De acordo com Florestan Fernandes (1978) a abolição teve um caráter extremamente cruel e com a dissolução do regime servil, o negro foi expulso do sistema de relações de produção. O autor ainda ressalta que essa ausência de política e assistência ao negro, por parte do governo, da igreja ou qualquer outra instituição, permitiu que o afrodescendente não fosse absorvido no mercado de trabalho. Fernandes afirma que não houve nenhuma ação que protegeria e prepararia o ex-escravo na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Ainda segundo Fernandes, neste período, o país estava preocupado em trazer imigrantes europeus com o objetivo camuflado de promover o branqueamento do povo brasileiro. Dessa forma os negros acabaram por serem preteridos pelos imigrantes, em sua maioria italianos, no mercado de trabalho.

Havia uma compreensão por parte dos intelectuais brasileiros de que o clareamento por fim afastaria os traços negroides tão mal vistos que predominavam entre o povo brasileiro. Tal concepção sobre a superioridade do branco e inferioridade negra foi “legitimada” a partir uma série de estudos científicos sobre o africano no Brasil e no mundo. Nesta mesma perspectiva, Ferreira e Camargo (2001) concordam com a ideia de que na modernidade as “verdades” passaram a ser legitimadas pela ciência, havendo desta forma inúmeras justificativas que punham o eurocentrismo e a política de branqueamento como algo positivo para o crescimento do país.

A exemplo disto, o psiquiatra e pesquisador Nina Rodrigues afirma que essa inferioridade nada mais é que um fenômeno natural e biológico, sendo o negro incapaz de



conviver com o povo civilizado, e que o Brasil teria permanentemente esta mancha (a raça negra) como fator na inferioridade de seu povo (NASCIMENTO, 1978).

Estas teorias eram tidas como o modelo do pensamento intelectual da época, e foram usadas para explicar a situação racial no Brasil, e acima de tudo com a finalidade de apresentar meios para a construção da nacionalidade brasileira que era tida como problemática devido a pluralidade racial, nascida por conta do processo colonial. As elites queriam construir uma nação, que no ideário deveria ser branca. A saída das elites e do governo para a realização da integração étnica e branqueamento, seria uma direção à emigração europeia.

Para o professor Kabengele Munanga (1999) a elite intelectual do Brasil incentivou o processo de clareamento por diversos motivos. Dentre eles, para que houvesse a melhoria dos genes na população do Brasil, em prol da criação de uma civilização melhor, exterminando até mesmo grande parte das características culturais e físicas dos povos africanos e indígenas, valorizando em sua maioria os aspectos europeus. Outra estratégia adotada foi que a partir da “diluição” do elemento negro, isto é, da mestiçagem, diminuiria a quantidade numérica de negros e assim evitaria possíveis embates raciais que ocorriam em países que predominava a política do apartheid. Como demonstra o trecho a seguir:

A elite ‘pensante’ do país tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado e, por outro lado, garantir o comando do país ao segmento branco (MUNANGA, 1999, p. 78).

Ainda de acordo com Munanga (1999) o processo de miscigenação no Brasil se apresentou de forma violentíssima. Não somente por ter sido por via de estupros às mulheres africanas, que por si já é extremamente cruel, mas também por se tratar de uma prática de extermínio a população preta.

Munanga (1999) ainda aponta o quanto estas questões podem ter influenciado no processo de desconstrução da identidade racial no negro. Segundo Ferreira (2001), a exaltação das características europeias, vistas como superiores, frente à ridicularização e a inferiorização dos traços negroides em nossa sociedade, faz



com que cresça o sentimento de pigmentocracia. Ou seja, estabeleceu-se algo que o autor denominou de “gradiente étnico”. O indivíduo com características mais próximas ao padrão de beleza do branco europeu tende a ser mais valorizado, enquanto aqueles cujas características se aproximam dos traços africanos tendem a serem mais desvalorizados e repelidos nas diversas esferas sociais. Reforçando a ideia racista de que a miscigenação seria um processo no qual o negro se tornaria mais respeitado e poderia ascender socialmente. No entanto, esta visão conserva, encoberta e alimenta o racismo fazendo com que este passe de forma despercebida entre nós. Munanga (1999) também corrobora com esta ideia ao afirmar que no Brasil a classificação racial é cromática, ou seja, é baseada na cor da pele e não na origem étnica do indivíduo.

O racismo brasileiro tem a peculiaridade de ser velado, porque o país é conhecido mundialmente pela boa convivência entre brancos e negros que teria gerado sua alta miscigenação. Essa fama é, na verdade, um mito que esconde a tentativa nada recente de extermínio do negro. O racismo é mascarado e faz com que a situação real deixe de ser enfrentada, passando uma ideia que é absorvida pelo próprio povo de que o racismo não existe.

Lia Schucman, (2014) ressalta que o racismo pode se configurar através de mecanismo de discriminação que está inscrito na estrutura social, funcionando mesmo que não haja uma intenção direta por parte dos indivíduos. Assim o racismo aparece como uma estrutura socialmente imperceptível, que permite manter os negros em situação que a História sempre o conferiu, de inferioridade e exclusão.

Observando as literaturas, percebe-se que desde a colonização ocupamos os locais que estão à margem da sociedade e ainda somos massacrados por um sistema meritocrático que só reforça os espaços dos privilegiados na sociedade. Muitas das vezes se afirma que as pessoas vencem por seus méritos e esforços, desprezando qualquer efeito de uma sociedade racista, e responsabilizando a pessoa negra por seus fracassos, o que gera ainda mais sofrimento psíquico no indivíduo.



Diante desses impasses raciais, de valorização da cultura, estética e tudo que representa o branco e sua brancura, e em contra partida a inferiorização do negro explícita e baseada cientificamente, pode-se pensar e problematizar como se dá a construção da identidade das crianças pretas decorrente da política de branqueamento.

Representatividade e seus desdobramentos

“Eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas com que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.” [Rubens Alves].

Assumir a identidade negra no Brasil pode ser um processo extremamente doloroso, uma vez que os modelos ditos positivos da identidade negra são pouco divulgados, se comparados aos modelos de pessoas brancas. Em contra partida os modelos negativos do negro são facilmente observados em nossa sociedade: basta olharmos para as ruas, presídios, hospitais psiquiátricos, favelas e outros contextos, em geral, negativos. Segundo Conceição e Conceição (2010) é ainda mais preocupante pensar que a construção da identidade das crianças necessita do apoio de imagens confirmadoras positivas. No caso das crianças que não são negras, esses exemplos já se encontram de forma natural e excessiva na sociedade, enquanto o mesmo não acontece em relação às crianças negras.

Ainda é curioso pensar como essa identidade foi e é construída a partir de discurso dúbio da mestiçagem, que por um lado tentou comprovar cientificamente a inferioridade do africano e seu descendente, e por outro lado a mestiçagem foi exaltada a partir da predominância de características europeias. Temos aqui, mais uma vez, um discurso silencioso do racismo: primeiro a desvalorização de um aspecto - os traços negroides - e posteriormente a exaltação de um outro aspecto - as características do homem branco.

De acordo com Conceição e Conceição (2010) muitas pessoas que possuem em sua constituição características negras, por vezes negam esses traços, pois a identidade do negro traz de seu passado a condição da escravização e o estigma de ter sido um objeto



de uso para o trabalho. Por essa razão há várias expressões que são usadas com finalidade de disfarçar a condição de origem étnico-racial da população negra, por exemplo: marrons bombons, morenos claros, morenos escuros, pardos, escurinho, canela, dentre outros. Pois é como se fosse ofensivo se referir a alguém como negro ou preto. Para Kabengele Munanga (1999) essas expressões demonstram o quanto os brasileiros fogem de sua identidade, de sua realidade étnica, procurando lançar mão de símbolos que o aproximem do modelo tido como superior, isto é, do branco. Esta, na verdade é uma tentativa de criar um certo eufemismo quanto a sua origem e de branquear o conteúdo identificatório.

Segundo Neusa Santos (1983) o corpo do negro é obrigado a se identificar como corpo branco, uma vez que o tempo todo o negro está sendo violentado culturalmente pelo Ideal de Ego branco. A autora ainda ressalta que é impossível tentar colocar um corpo negro dentro dos moldes do corpo branco, e o quanto isso gera dor ao sujeito em sua construção de seu Ideal de Ego negro. O indivíduo negro é intimado de forma contínua e cruel a anular e a negar o corpo, e a encarar os Ideais de Ego e o corpo do indivíduo branco.

O autor Vergne et al (2015), contribui com essa ideia, afirmando que:

“A violência racista do branco é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais do branco é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo – o fetiche do branco, da brancura.” (VERGNE et al. 2015, p 526)

Ou seja, no processo identificatório o negro adota para si uma identidade, um modelo que não é compatível com seu corpo, etnia e história. Segundo Roudinesco e Plon (1998), esse processo de identificação é fulcral para o indivíduo se constituir e se transformar, incorporando ou se apropriando dos aspectos, características ou traços dos outros que o cercam.

Para a psicanalista Neuza Santos Souza (1983) é necessário que haja um modelo, ideal ou quase ideal, pelo qual o sujeito possa constituir e se identificar, neste caso o modelo é o Ideal de Ego – uma instância psíquica que estrutura o indivíduo, situando-o



no Princípio de Realidade. Ele também é a estrutura mediante na qual “se produz a conexão da normatividade libidinal com a cultura” (SOUZA, 1983, p. 33).

Santos ainda enfatiza que:

Realizar o Ideal do Ego é uma exigência – dificilmente burlável – que o Superego vai impor ao Ego. E a medida de tranquilidade e harmonia interna do indivíduo é dada pelo nível de aproximação entre o Ego atual e o Ideal de Ego. ‘Há sempre uma sensação de triunfo quando algo no Ego coincide com o Ideal do Ego. E o sentimento de Culpa (bem como o de inferioridade) também pode ser entendido como uma tensão entre o Ego e o Ideal de Ego’ (SOUZA, 1983, p. 33).

Ou seja, para o negro, a relação entre o Ego e o Ideal do Ego é vivido sob forma de tensão, pois o Superego demanda com intensidade ao Ego constantes exigências de alcançar um ideal inatingível. A autora ressalta que essa experiência entre tais instâncias não são vividas apenas no sujeito negro – porém, nele a relação se distingue por uma acentuada defasagem a respeito dos êxitos conquistados pelo indivíduo.

Para Nilma Lino Gomes (2012) os processos identitários se constroem gradativamente desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo – a família – até outras relações que o sujeito estabelece. Por isso a autora ressalta a importância de papéis identificatórios positivos, dentro e fora da família, durante o desenvolvimento e durante a fase escolar. Para Gomes, a construção positiva da identidade negra é um desafio a ser enfrentado pelos negros brasileiros, uma vez que a história sempre ensinou ao negro que para ele ser aceito era preciso negar-se a si mesmo.

É importante ressaltar que normalmente existem imagens representativas em diversos grupos sociais e culturais. Contudo, algumas representações ganham maior visibilidade e assim passam a ser consideradas como expressão da realidade. Na sociedade brasileira, e em outras mais, essas representações foram construídas mediante o olhar eurocêntrico, que produziu sentidos do que é e não é o “normal”. Este aspecto peculiar como observamos, produzem novos sentidos e consequências na sociedade e no processo identitário das crianças.

Segundo Conceição e Conceição (2010) a escola deveria ser um facilitador do encontro de referenciais identitários positivos para a criança negra. Ou seja, os



educadores deveriam estar atentos para quais modelos de beleza e principalmente de vida estão sendo oferecido aos alunos. O que ainda não acontece na escola atual. Por isso, a presente pesquisa traz um olhar para a educação não convencional.

No projeto Social Há Esperança, priorizamos estar com as crianças, em um encontro de trocas e experiências. Nossos corpos acima de tudo funcionam como instrumentos de representatividade e afeto. Propomos rodas de conversas sobre assuntos diversos, principalmente os assuntos que são trazidos pelas próprias crianças e assuntos que também atravessam suas vidas.

Propomos apresentar narrativas novas com as quais eles possam se identificar a partir da contação de história e apresentação de filmes e vídeos. Os livros que foram lidos no projeto ao longo de um ano foram: Ombela, Zum Zum Zumbiiiiiiii, Os Sete romances. O filme apresentado foi “Pantera Negra”. Cada uma dessas narrativas poderia ser utilizada por viés diferentes que foram discutidos com as crianças. É importante ressaltar que cada discussão e pontos de vista foram levantados por eles a partir de experiência deles.

No livro “Ombela – A Origem das chuvas”, de Ondjaki, pudemos discutir sobre estética negra, cabelo crespos e tom de pele, a partir da imagem da protagonista que é uma deusa africana. Pudemos discutir e apresentar mulheres negras protagonista e sua importância como papéis identificatórios positivos, como no diálogo a seguir:

- Tia não temos princesas negras

- Mas nós temos uma deusa que é linda e que parece muito com vocês e comigo também.

O Livro de Sonia Rosa, “Zum Zum Zumbiiiiiiii”, trás de forma heroica a história de vida de Zumbi dos palmares um dos protagonistas da emancipação dos escravizados negros no Brasil. Apresenta também parte da cultura do negro como a capoeira. Levando a identificação de suas trajetórias e vivências pessoais “a capoeira é uma cultura negra e meu irmão treina e tá quase virando mestre e tem vezes que eu treino com ele” A. 14 anos. Com o livro “Os sete romances”, pudemos conversar sobre um dos princípios do kwanza como Umoja que significa união. Discutimos a importância de união e da importância de viver em comunidade. No filme “Pantera Negra” que foi visto no cinema, podemos explorar a importância em ter heróis negros e o protagonismo e o papel ativo e positivo do homem negro na sociedade.



Ao ler essas narrativas apresentamos parte de nossa história, da história do povo negro, contado por nos mesmo. Segundo Chimamanda Adiche a história quando é produzida pelo outro, pelo dominador, tem um forte potencial de controlar e de aniquilar a autonomia do sujeito, impondo-lhes identificações que os definem.

Dessa forma o projeto visa primeiramente trabalhar a possibilidade da criança se reconhecer como negra, pois muitas das vezes ela sequer sabe de sua identidade. Ela vive uma série de acontecimentos em que a negritude é representada com um valor negativo, e assim, não consegue identificar-se. O segundo passo é trabalhar o que significa ser negro para eles. E o terceiro é trazer informações para que eles possam firmar lugares na sociedade e ressignificarem suas próprias negritudes, possibilitando a transformação das experiências negativas pelas prazerosas.

Durante o projeto, sempre enfatizamos a beleza do negro, justamente porque o tempo, a cultura, a mídia e a sociedade tentam dizer o contrário. Ressaltamos o quão especiais e belos são as diversas tonalidades das nossas peles, o quão graciosos são os nossos cabelos crespos e que não há problema nenhum em ter bocas mais carnudas ou narizes que não estão nos moldes europeus. Desejamos que, ao nos olharmos como protagonistas, elas possam perceber que há beleza em ser negro. Como ressaltam Conceição e Conceição (2010) há um apoio de imagens confirmadoras positivas, necessárias, na construção dos processos subjetivos da identidade das crianças negras.

É possível perceber o quanto as questões de identificação com um corpo negro são difíceis e muitas das vezes, mesmo que de forma inconsciente, as crianças sabem dos impasses que tem por possuírem um corpo negro.

Observo também que a auto estima é um processo muito delicado em nossas crianças, tanto para as meninas quanto para os meninos. A construção da auto estima no negro é algo muito frágil que demora a ser construído e quando não consolidado, pode se romper a qualquer momento. Nota-se no projeto, que quando as crianças negras se veem diante do protagonismo branco, há uma inferiorização, insegurança, e uma baixa na auto estima que não observamos quando há um protagonismo do negro.



O projeto Há Esperança traz a partir da educação, possibilidades de ressignificação na história e na identidade das crianças, adolescentes negros. Promove a não inferiorização do negro que foi afirmada desde o período colonial e se estende até hoje em muitas instâncias. Promove a construção de uma auto estima mais segura, dá significado e voz às experiências raciais, apontando elas na sociedade para que possam ser combatidas. É proposto, ao meu ver, a “Re-existência” em que afirmam a vida, a existência do corpo negro que resistem às práticas genocidas que foram estipuladas na sociedade desde o período da colonização. Tornam-se espaços simbólicos e físicos para que o corpo negro possa ser vivido de forma prazerosa. São locais em que este corpo que está o tempo todo em alerta, sendo perseguido, possa descansar e se sentir abrigado, acolhido e ouvido. Um local acima de tudo fraterno e que podemos juntos construir a nossa negritude e fortalecer o orgulho de ter uma identidade condizente com nossa história e corpo, um local de construção do sujeito negro, não essencializado.

Para Neuza Santos Souza (1983), ser negro é tomar consciência do processo ideológico, vejamos:

“Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de descobrimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro”. (SOUZA, 1983, p77)

Sendo assim, fica evidente a reconstrução do “ser negro” que atravessa a estruturação política e a sua identidade sociocultural, através de um processo de conscientização e valorização da negritude.

Considerações finais

É sabido que o processo de colonização foi cruel nos mais diferentes países. Os colonizadores escravizaram os africanos por considerar estas raças inferiores, logo passíveis de dominação pelo branco, fomentando assim práticas de opressão colonial. Durante séculos, o africano foi excluído e privado do exercício da cidadania.



O Brasil foi o último país das Américas a abolir a Escravidão e estima-se que foi o que mais escravizou o povo africano. Posteriormente, com o fim do trabalho servil, essa população não adentrou ao mercado de trabalho, sendo preterido pelo imigrante, em sua maioria europeu. Neste mesmo momento havia uma preocupação por parte das elites brasileiras em exaltar as características superiores, ou seja, as europeias. Logo iniciou-se o incentivo à imigração, pondo em prática a política de branqueamento, que aconteceria gradativamente a partir da miscigenação.

O negro diante da exaltação dos traços europeus, vistos como superiores, frente à ridicularização e a inferiorização das características negroides em nossa sociedade, tentará embranquecer a qualquer custo, para assim poder ser aceito socialmente. A partir disto, problematizamos como se dá a construção da identidade do negro mediante a esses impasses. O negro se vê obrigado a anular seu corpo na tentativa fadada ao fracasso de busca pelo corpo branco, construindo um Ideal de Ego incompatível com sua cultura, história e natureza biológica.

Assim percebemos que apesar do processo de construção da identidade do sujeito negro pode ser complexa, há esperança para a ressignificação da construção de uma conscientização e valorização da cultura e estética do negro. É evidente a reconstrução do “ser negro” que atravessa a estruturação política e a sua identidade sociocultural, através de um processo de conscientização e valorização da negritude como pode ser observado no projeto citados nesse trabalho, Há Esperança.

Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda. **The danger of a single story**. You tube, 7 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>. Acesso em 22/08/2018.

BENTO, Maria Aparecida. CARONE Iray. **Psicologia Social do racismo – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**.



CAMINO, Leoncio. SILVA, Patrícia da. MACHADO, Aline. PEREIRA, Cícero; **A fase oculta do Racismo no Brasil: uma análise Psicossociológica**; Revista de psicologia política, Departamento de Psicologia Universidade Federal da Paraíba, 2000.

VERGNE, Celso de Moraes. VILHENA, Júnia. ZAMORA, Maria Helena. ROSA, Carlos Mendes; **A palavra...é genocídio: a continuidade de práticas racista no Brasil**; psicologia & sociedade, 27(3), 516-528, Rio e Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2015.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. CONCEIÇÃO, Helenise da Cruz. **A construção da identidade afrodescendente**. Revista África e africanidades- ano 2; n 8, fev. 2010- ISSN 1983-2354.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador. Editora EDUFBA. 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (O legado da raça branca)**. 3ª edição. Volume 1. São Paulo. Editora Ática. 1978.

FERREIRA, Ricardo Franklin. CAMARGO, Amilton Carlos. **A naturalização do preconceito na formação da identidade do afro-descendente**, São Paulo. EccoS Revista Científica. Vol. 3 núm. 1, pp.75-92. Universidade nove de julho, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando a raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

HOOKS, Bell. **A educação como prática libertária**. São Paulo. Ed: Martins fontes. 2013.

LIMA, Maria Batista. **Identidade étnico/racial no Brasil: Uma reflexão teórico- Metodológica**. Revista Fórum identidade. Ano 2, Volume 3 – p. 33-46 – jan-jun. 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade nacional versus Identidade negra**. Petrópolis. Autêntica editora. 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC-SECAD, 2005.



NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo.** Rio de Janeiro. Editora paz e terra.1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade – Uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo. Sankofa: matrizes brasileiras da cultura africana, 4. 2009.

NOGUEIRA, Izildinha Beatriz. **Significações do Corpo Negro. Tese de doutorado.** São Paulo: Universidade de São Paulo. 1998.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. 19 (1), 287-308; 2007.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudos psicossocial da branquitude paulistana.** Psicologia & Sociedade 26 (1), 83-94. São Paulo. 2014.

SOUZA, Neuza Santos. **Tronar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora graal. 1983.

VILHENA, Júnia. **A violência da cor: Sobre racismo, alteridade e intolerância, revista psicologia Política.** ISSN: 1519-549X. ISSN eletrônico: 2175-1390. 2006



(RE) EXISTÊNCIA INTELECTUAL NEGRA E ANCESTRAL



18 ANOS DE ENFRENTAMENTO

12 A 17 OUTUBRO 2018 / UBERLÂNDIA - MG